

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

MARCELE ARRUDA MICHELOTTO

Universidade Federal de Santa Catarina
marcelem@hotmail.com

PATRICIA DE SÁ FREIRE

Universidade Federal de Santa Catarina
patriciadesafreire@gmail.com

RESUMO

A inclusão social na educação superior brasileira alcançou considerável avanço pós Constituição de 1988. Entretanto, um ponto crítico a ser considerado no atual campo das políticas públicas em assistência estudantil nas instituições de ensino superior é a prática de avaliação e monitoramento. Em vista disso, o presente artigo descreve os resultados de uma revisão sistemática conduzida com o objetivo de identificar ferramentas e métodos propostos pela literatura para avaliação das políticas de assistência estudantil na educação superior. A pesquisa, quanto à abordagem, é qualitativa, e, no que se refere aos objetivos, é exploratória. A quantidade de pesquisa feita sobre este tema até hoje pode ser considerada pequena. Foram identificadas 7 ferramentas e métodos diferentes em 13 artigos analisados. A revisão das publicações evidenciou, em suma, que o tipo de estudo mais utilizado nos artigos elegíveis é empírico, analisando a relação entre variáveis via modelos de regressão. Espera-se que a síntese da pesquisa apresentada neste artigo permita algum direcionamento nas pesquisas relacionadas à avaliação de políticas em assistência estudantil na educação superior.

Palavras chave: Educação Superior, Política Pública, Assistência Estudantil, Avaliação.

1. INTRODUÇÃO

Há que se reconhecer que a educação é um direito social recentemente consolidado. A Constituição Federal de 1988 define no artigo 205 “a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família”. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino. Historicamente, a despeito da Carta Magna conceber a educação como universal, este não era um direito acessível por todos os estratos sociais.

Particularmente nas primeiras décadas do século XXI, concomitante ao alargamento de acesso à universidade por estudantes vindos de diferentes camadas sociais, em 2007 foi concebido o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio da Portaria Normativa n.º 39, de 12 de dezembro de 2007. Posteriormente, foi instituído como Programa com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Hoje o PNAES constitui o principal instrumento orientador e disciplinador da política de assistência estudantil em todas as IFES, tendo como finalidade garantir condições de permanência e, ao mesmo tempo, viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes. Além disso, objetiva contribuir com a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão no ensino superior (BRASIL, 2010).

Pesquisas demonstram que embora um número crescente de estudantes tenha acessado o ensino superior durante as últimas décadas, a permanência e o sucesso acadêmico permanecem sérias preocupações. Somente cerca da metade dos universitários nos Estados Unidos concluem a graduação no período regular (Boatman e Long, 2016). De acordo com Oliveira (2009), simultaneamente ao avanço de programas voltados à inclusão social na educação superior, a sociedade preconiza a necessidade de maior eficiência e de pesquisa sobre a eficácia dos investimentos em políticas públicas, sobretudo em se tratando de políticas sociais.

Garcia (2001) define a avaliação, no campo das políticas públicas, como um processo no qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional a partir de um quadro referencial comparativo previamente definido ou, ainda, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um *framework* referencial.

Dada as preocupações sobre democratização do ensino superior, a concepção de participação e controle social e, em particular, a relação do auxílio financeiro com o sucesso acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, surge a questão de pesquisa: quais são as ferramentas e métodos propostos pela literatura para avaliação das políticas de assistência estudantil na educação superior? Para responder essa questão, definiu-se que o objetivo da Revisão Sistemática (RS) apresentada neste artigo é identificar as ferramentas e métodos propostos pela literatura para avaliação das políticas de assistência estudantil na educação superior.

Além desta introdução, este artigo está dividido nas seguintes seções: seção 2 fornece o contexto sobre avaliação de políticas de assistência estudantil na educação superior; seção 3 descreve a metodologia utilizada nesta revisão sistemática; seção 4 contém uma análise global dos artigos elegíveis, identificando as tendências das pesquisas e explicitando as ferramentas e

métodos empregados em cada publicação; e a seção 5 fornece as considerações finais extraídas deste trabalho.

2. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No Brasil, as desigualdades de oportunidades no acesso ao ensino superior, considerando variáveis como nível socioeconômico, cor e etnia, por exemplo, colocam em desvantagem pretos, pardos, indígenas e estudantes oriundos de família com baixa condição socioeconômica, tendendo a se agravar durante o período dos estudos (VARGAS, 2011).

A democratização do ensino superior vem ganhando foco nas últimas décadas em diversas frentes. O Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), o REUNI, o Sisu, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a Lei das Cotas nas IES, o PNAES, a criação de novas universidades e novos campi das universidades federais, a política de interiorização e a criação dos Institutos Federais de Educação, entre outras, começam a alterar o perfil socioeconômico do estudante de graduação do campus brasileiro (RISTOFF, 2014).

Reconhecido o peso das desigualdades sociais na perspectiva do ingresso, a pauta subsequente para o sucesso da democratização e do direito fundamental à educação é a permanência de estudantes oriundos das camadas de baixa renda. Dois terços (66,19%) do quadro de estudantes das universidades federais brasileiras, têm origem em famílias com renda média de até 1,5 salário mínimo *per capita*, o que caracteriza uma alteração substancial no perfil dos estudantes. Se consideradas apenas as regiões Norte e Nordeste, o percentual de estudantes com perfil PNAES atinge 76,09% e 76,66%, respectivamente. À época da primeira pesquisa (1996/1997), o total de estudantes com até 1,5 salário mínimo era de 44%, o que significa um aumento de 50% de estudantes com perfil PNAES (ANDIFES, 2016).

Dados do relatório da Secretária de Educação Superior – SESu, do Ministério da Educação (MEC), informam que o PNAES, em volume orçamentário, apresentou uma taxa de crescimento entre 2008 e 2014 de 7,33%, visto que em 2008 era da ordem de R\$ 101,2 milhões, passando para R\$ 742,7 milhões em 2014 (BRASIL, 2014).

Apesar de ser uma demanda que remete a criação das primeiras IFES, somente a partir de 2008, atendendo a antigas reivindicações das universidades e do movimento estudantil, o governo federal passou a destinar recursos especificamente para este fim, com a implementação, pelo Ministério da Educação (MEC), do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Embora seja um programa de âmbito nacional, cada IFES tem autonomia para decidir como e quais ações de assistência estudantil priorizar, de acordo com suas especificidades regionais, via transferências de recursos financeiros do orçamento da União. Para além da implantação de programas, o governo federal, ao descentralizar a execução da política de assistência estudantil voltada ao ensino superior, também transfere para própria instituição de ensino a responsabilidade primeira em monitorar e avaliar o desempenho dos programas. Sistemas de monitoramento e avaliação que permitam o acompanhamento dos investimentos governamentais e do impacto junto aos beneficiários diretos, por meio de indicadores consistentes, constituem mecanismos de relevância incontestável aos gestores e também à comunidade sob o ponto de vista da participação e controle social.

A monitorização e avaliação (M&A) proporcionam às entidades governamentais, gestores, formuladores de políticas públicas e cidadãos meios aperfeiçoados para: (i) aprenderem com experiências passadas; (ii) melhorarem a prestação de serviços; (iii) planejarem recursos; e iv) demonstrarem resultados às partes interessadas, como parte do processo de *accountability* (BAMBERGER, 2004).

A escolha das ferramentas e métodos apropriados para avaliações institucionais, segundo Roche (2002), depende da finalidade e do enfoque da avaliação de impacto, de seu contexto, das capacidades e habilidades dos envolvidos e dos recursos disponíveis. Uma das principais habilidades que as pessoas envolvidas na avaliação de impacto precisam é a capacidade de encontrar uma combinação e sequência adequada das ferramentas e métodos.

Há várias dimensões que servem para mensurar os esforços necessários à geração de resultados, tais como: a eficiência, a eficácia, a efetividade, a execução, a excelência, a economicidade, etc. Cada um desses critérios tem perguntas centrais a serem respondidas e requer um enfoque diferente na condução da investigação (MOURÃO, 2011). Roche (2002) apresenta a seguinte distinção entre algumas dessas dimensões:

- **Eficiência** => refere-se à relação dos recursos utilizados nos programas com os resultados alcançados.
- **Eficácia** => consiste na relação de consonância dos resultados pretendidos com os resultados ou efeitos alcançados.
- **Consistência** => refere-se à relação das atividades e processos existentes nos programas com os resultados alcançados.
- **Impacto** => consiste na relação dos resultados alcançados e efeitos produzidos que estão além das fronteiras da organização.

A atividade de M&A não se refere somente aos resultados: incorpora perspectivas dos atores envolvidos, a dimensão histórica e contextual de cada instituição; a sua identidade. Assim, a avaliação começa a partir do projeto institucional de cada universidade, garantindo o respeito à identidade e autonomia de cada instituição. Desse modo, conhecer as especificidades do público-alvo é condição preponderante para o progresso do programa social.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem desta pesquisa pode ser classificada como qualitativa de fins exploratórios, realizada por meio de uma revisão sistemática da literatura. Diferentemente de revisões de literatura tradicionais, a Revisão Sistemática (RS) é uma técnica de levantamento de dados que contribui para a realização de um processo explícito e rigoroso, o qual procura identificar o conhecimento científico em uma determinada área por meio da coleta, combinação e avaliação crítica de descobertas de diversas abordagens já realizadas. Ao se valer de toda esta estrutura, a fim de garantir consistência, evita viés em cada fase da pesquisa.

Uma RS pode ser configurada em três fases (Planejamento, Execução ou Condução e Análise de Resultados), que depois de englobadas em uma fase maior (Empacotamento) geram os resultados esperados pelo seu executor (KITCHENHAM, 2004).

O protocolo que foi seguido durante a configuração deste trabalho consiste em uma mescla das publicações existentes sobre a determinação dos passos a serem seguidos: (i) *Cochrane Handbook*, produzido pela Colaboração Cochrane; e (ii) *CDR Report 4*, produzido pelo *NHS Centre for Reviews and Dissemination, University of York*.

O plano de pesquisa foi construído na fase de planejamento e aplicado na fase de execução e análise de resultados da RS. Seus principais pontos são apresentados a seguir (Figura 1).

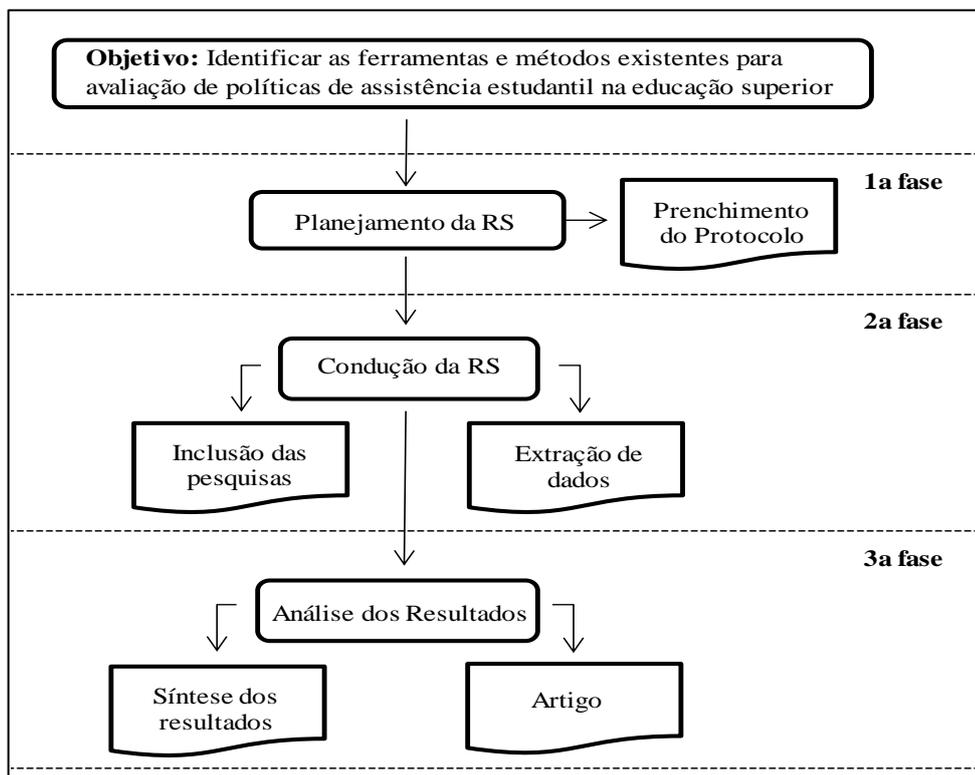


Figura 1. Fases da Revisão Sistemática da Literatura.
 Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

O objetivo é identificar as ferramentas e métodos propostos pela literatura para avaliação de políticas de assistência estudantil na educação superior. Ressalta-se que não foram encontradas na literatura RS com o mesmo objetivo. A questão de pesquisa é: quais são as ferramentas e métodos propostos pela literatura para avaliação das políticas de assistência estudantil na educação superior? A RS busca a resposta para questões estruturadas, isto é, espera-se que a pergunta de pesquisa seja respondida, e, sobretudo, que sirva de base no desenvolvimento de novas pesquisas envolvendo avaliação no âmbito de políticas de assistência estudantil na educação superior.

O levantamento foi realizado na base de dados Scopus por ser a maior base de dados científica, revisada por pares, multidisciplinar e pela inteligência na indexação de artigos. O idioma escolhido foi o inglês.

As palavras-chave usadas foram “*higher education*” ou *college*, ou *universities* relacionadas com os termos “*student assistance*” ou “*student aid*”. Em linhas gerais, a escolha de tais termos e suas relações é justificada pelo objetivo principal da revisão, que é a

identificação de abordagens que configurem métodos de avaliação de programas de assistência estudantil na educação superior.

Considerou-se como critério de inclusão e exclusão dos artigos:

- Os artigos devem estar publicados em bases de dados científicas e disponíveis integralmente na *web*.
- Os artigos já devem possuir aprovação pela comunidade científica.
- Os artigos devem abordar ferramentas e métodos para avaliação de políticas de assistência estudantil na educação superior.

3.1 CONDUÇÃO DA REVISÃO

Seguindo o protocolo apresentado, a revisão foi conduzida por um período de dois meses (agosto a setembro de 2016). Para a obtenção dos estudos foi necessária a formação de *string* de busca a partir de combinações das palavras-chave identificadas, seguindo os moldes demonstrados na Figura 2.

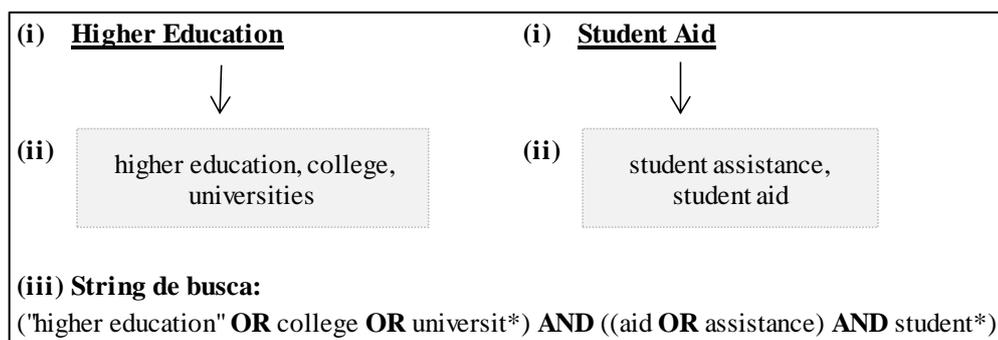


Figura 2. String de busca.

Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

Esse foi o ponto de partida para a seleção de trabalhos. A busca foi realizada na base de dados Scopus com as seguintes opções selecionadas: (i) *Keywords* no campo *Search Field Type*, (ii) *Article* em *Document Type*, (iii) e somente *Social Sciences & Humanities* no campo *Subject Areas*. A busca por referências retornou 90 artigos. Para apoio à manipulação e organização das publicações encontradas, utilizou-se o gerenciador de referências *EndNote*.

Pela linha do tempo, destaca-se que há uma tendência de crescimento a partir do ano 2001, com 91% das publicações concentradas entre 2001 e 2016 (até setembro de 2016). O ápice de referências encontradas ocorreu em 2014 (12), conforme o Gráfico 1.



Gráfico 1. Publicações por ano.
Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

A pesquisa sobre assistência estudantil no ensino superior revelou escassez. Logo, é uma área recentemente explorada, sobretudo, no Brasil, após a implementação do PNAES em 2008. Em uma seleção preliminar, procedeu-se a leitura do título e do resumo (*abstract*) e foram excluídos 24 artigos que notadamente tratavam de assuntos não relacionados à pesquisa. Na sequência aplicou-se o filtro de seleção dos artigos que estão disponíveis integralmente (*find full text*) na *web*, excluindo 5 referências que não foram localizadas na *web* de forma completa.

Ao todo, com a exclusão de trabalhos que não satisfaziam o contexto da pesquisa, foram pré-selecionados 61 artigos. A Tabela 1 exhibe o processo de execução da RS com o resumo das ações e quantidades.

Etapa	Ação	Resultado
1	Busca: ("higher education" OR college OR universit*)	58.342 Artigos
2	Busca: AND ((aid OR assistance) AND student*)	90 Artigos
3	Filtro Título e Resumo	66 Artigos
4	Filtro Texto Completo	61 Artigos
5	Leitura completa do artigo	13 Artigos incluídos

Tabela 1. Processo de pesquisa e seleção de artigos na Scopus.
Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

Após a leitura completa de todas as obras, 13 trabalhos foram elegíveis para comporem a síntese da pesquisa, segundo os critérios de inclusão pré-estabelecidos.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS RESULTADOS

A maior parte dos artigos analisados foi publicada em revistas de educação. No entanto, é importante notar que a pesquisa de seleção sobre métodos para avaliação de políticas de assistência estudantil não está limitada à educação. Há trabalhos apresentados em publicações em econômica, política e gestão. O Gráfico 2 apresenta as principais publicações por periódicos.

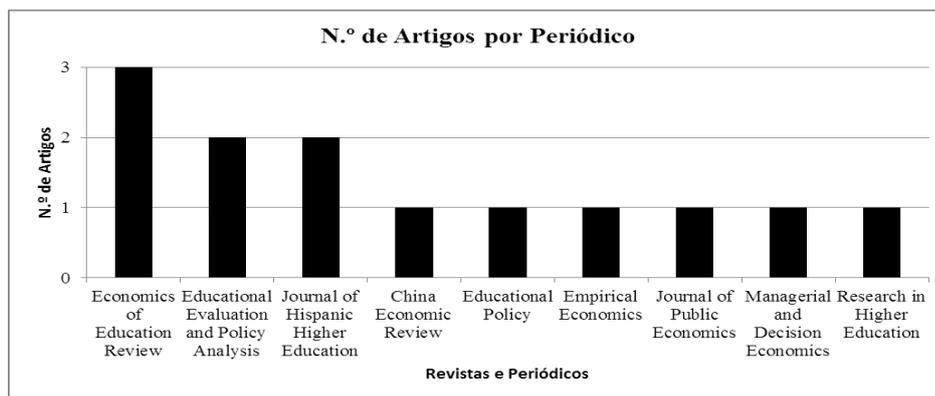


Gráfico 2. Publicações por periódicos.
 Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

As publicações de revistas nacionais, embora se reconheça a importância das produções na área, repetidas vezes não se encontram indexadas na base de dados Scopus.

Verificou-se que os trabalhos foram publicados por 34 autores e coautores diferentes. Os autores e coautores que mais publicaram sobre o tema foram Loyalka (2012; 2013), Rozelle (2011; 2013), Song (2012; 2013) e Wei (2012; 2013), com duas publicações cada um. Os demais possuem uma publicação, conforme evidenciado no Gráfico 3.

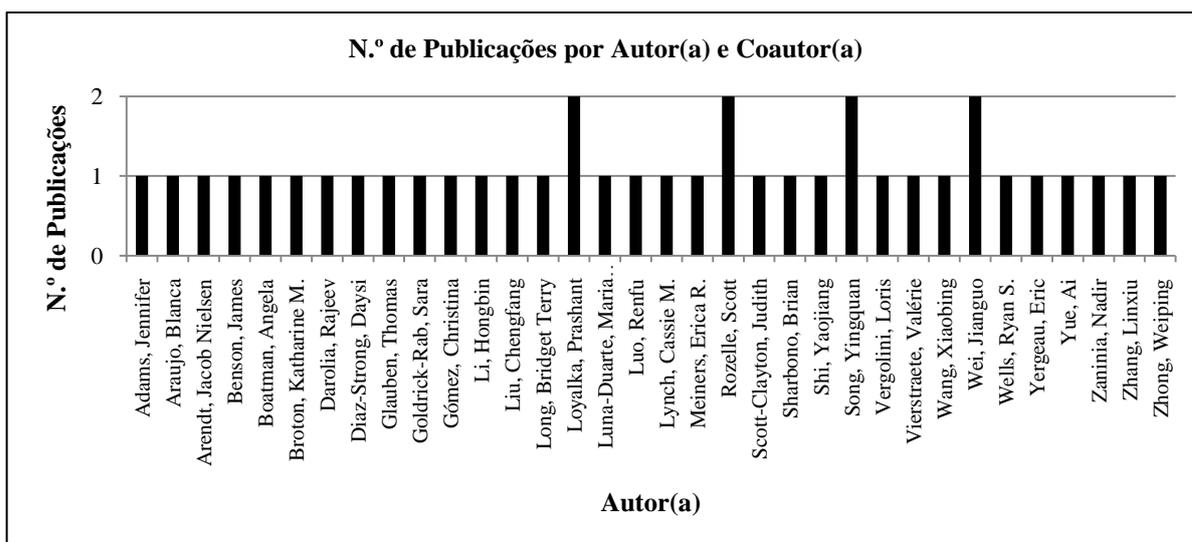


Gráfico 3. Publicações por autor e coautor.
 Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

No Quadro 1 é evidenciado o número de citações das publicações, exibindo somente as que tiveram duas ou mais citações em outras obras.

Autor	Título da Publicação	N.º Citações
Chengfang Liu, et al.	Early commitment on financial aid and college decision making of poor students: Evidence from a randomized evaluation in rural China	16
Judith Scott-Clayton	The Causal Effect of Federal Work-Study Participation: Quasi-Experimental Evidence From West Virginia	10
Daysi Diaz-Strong Christina Gómez María E. Luna-Duarte Erica R. Meiners	Purged: Undocumented Students, Financial Aid Policies, and Access to Higher Education	8
Rajeev Darolia	Integrity versus access? The effect of federal financial aid availability on postsecondary enrollment	7
Prashant Loyalka Yingquan Song Jianguo Wei	The distribution of financial aid in China: Is aid reaching poor students?	3
Blanca Araujo	The College Assistance Migrant Program: A Valuable Resource for Migrant Farmworker Students	2
Jacob Nielsen Arendt	The effect of public financial aid on dropout from and completion of university education: Evidence from a student grant reform	2
Prashant Loyalka Yingquan Song Jianguo Wei Weiping Zhong Scott Rozelle	Information, college decisions and financial aid: Evidence from a cluster-randomized controlled trial in China	2

Quadro 1. Número de Citações por Publicação.
 Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

A análise do número de publicações por país revelou que os Estados Unidos é o local onde houve maior concentração, com 7/13 das publicações. O gráfico 4 mostra o número de publicações por cada país em relação ao total de publicações elegíveis (13).

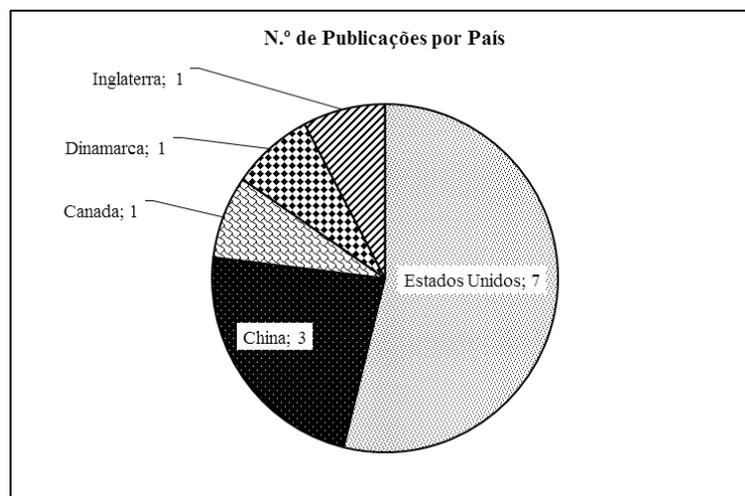


Gráfico 4. Publicações por país.
 Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

Os estudos sobre os impactos da assistência estudantil no desempenho acadêmico e/ou nas taxas de evasão são recentes. Verificou-se que o tema avaliação da assistência estudantil na educação superior ainda é uma lacuna na literatura, apesar de existir uma ascendência discreta nas últimas duas décadas. Na próxima subseção serão explicitados as ferramentas e métodos de avaliação empregados em cada publicação, além de conter uma análise global dos artigos elegíveis.

5. FERRAMENTAS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Algumas ferramentas são complementares, outras funcionam como substitutas. Algumas têm uma aplicação vasta, enquanto outras têm um campo de utilização muito limitado. A escolha da via adequada para um determinado contexto vai depender de uma série de considerações, tais como: os fins a que se destina o M&A, os principais interessados em conhecer as conclusões da avaliação, a urgência com que se precisa das informações e o custo (BAMBERGER, 2004).

Provavelmente nenhuma das ferramentas indicadas é, por si só, suficiente para determinar o impacto. Quando for possível, deve-se realizar uma checagem com referência cruzada das descobertas e fazer a atribuição do impacto (ROCHE, 2002). Conforme evidenciado no Quadro 2, os estudos primários utilizaram várias ferramentas e métodos, tais como: revisão de dados secundários, pesquisa, oficinas e debates, entrevistas individuais, grupo focal, observação direta, e pesquisa participativa. O tipo mais comum identificado nesta RS é a revisão de dados secundários (7/13). Os menos comuns são oficinas e debates (1/13), pesquisa participativa (1/13), observação direta (1/13) e grupo focal (1/13).

N.	Questão de pesquisa	Unidade de Avaliação	Ferramentas e Métodos	Método de Análise de Dados	Método de Referência Cruzada
[1]	O auxílio financeiro impacta o envolvimento acadêmico e social do estudante baixa renda?	Indivíduos	Revisão de dados secundários	Estatística Inferencial	Pesquisador
[2]	O oferecimento de bolsa a estudantes de famílias com baixa renda induz mudanças em seus comportamentos profissionais?	Indivíduos	Pesquisa (questionário)	Estatística Inferencial	Pesquisador
[3]	I) Em que medida transições para o ensino superior são afetadas por redução dos custos de permanência na universidade? II) Como as escolhas dos estudantes em relação ao ingresso na universidade são afetadas por ajudas financeiras?	Indivíduos	Revisão de dados secundários	Estatística Inferencial	-
[4]	Quem é mais provável de se beneficiar com a proposta de auxílio financeiro condicional a 100 horas de serviço comunitário?	Indivíduos	Revisão de dados secundários	Estatística Inferencial	Fonte de informação
[5]	Quais os efeitos da ajuda financeira sobre o abandono e a conclusão do ensino universitário?	Indivíduos	Revisão de dados secundários	Estatística Inferencial	Pesquisador
[6]	Quais as consequências da inelegibilidade para desembolsar ajuda financeira federal em instituições de nível superior?	Instituição	Revisão de dados secundários	Estatística Inferencial	Pesquisador
[7]	Quais os efeitos do fornecimento de informação aos estudantes de regiões pobres sobre custos da faculdade e auxílio financeiro na sua escolha, ingresso e probabilidade de receber bolsa?	Indivíduos	Oficinas/debates e pesquisa (questionário)	Estatística Inferencial	Fonte de informação

[8]	Em que medida formas específicas de apoio aos estudantes (bolsas institucionais) pode promover um melhor desempenho na universidade do que outros tipos de recursos financeiros (emprego fora do campus)?	Indivíduos	Pesquisa (questionário) e revisão de dados secundários	Estatística Inferencial	-
[9]	O auxílio financeiro do governo está chegando a estudantes-alvo dentro das universidades?	Indivíduos	Pesquisa (questionário)	Estatística Inferencial	-
[10]	Como o programa College Assistance Migrant Program (CAMP) ajudou participantes (trabalhadores rurais migrantes latinos) durante o seu primeiro ano de faculdade?	Indivíduos	Pesquisa participativa, observação direta, entrevistas individuais e grupo focal	Análise de conteúdo	Pesquisa, pesquisador
[11]	Quais os efeitos da negação de auxílio financeiro federal a estudantes em situação irregular no País?	Indivíduos	Entrevistas individuais e pesquisa (questionário)	Análise de conteúdo	Pesquisa
[12]	O compromisso desde cedo de ajuda financeira (ECFA) aumenta o esforço na preparação de estudantes do ensino médio para o vestibular?	Indivíduos	Pesquisa (questionário)	Estatística Inferencial	Fonte de informação
[13]	Quais as consequências do programa federal Work-Study sobre o desempenho dos estudantes, a permanência e a conclusão do ensino superior?	Indivíduos	Revisão de dados secundários	Estatística Inferencial	Pesquisa

Quadro 2. Reconhecimento das Ferramentas e Métodos de Avaliação.

Fonte: elaborado pelas autoras (2016).

Duas unidades de avaliação foram exploradas no contexto desta RS: indivíduos (12/13) e instituição (1/13). De modo geral, todos procuraram descrever a conjuntura de forma holística, valendo-se das perspectivas dos atores envolvidos, a dimensão histórica e contextual de cada instituição.

O artigo de **Arent** (2013) [5] avaliou os efeitos do auxílio financeiro sobre o abandono e a conclusão do ensino universitário, utilizando como marco uma reforma de larga escala no sistema de bolsas e empréstimos. Para tanto, utilizou sistemas administrativos para coleta de dados e desenvolveu modelos de regressão para analisar a relação entre as variáveis, cruzando referências de outros estudos de caso. Os resultados do trabalho apontam que a reforma diminuiu a taxa de abandono pela metade entre estudantes em seu terceiro e quarto ano de estudo. A reforma teve um efeito positivo menor insignificante nas taxas de conclusão de curso do sexto ao oitavo ano de estudo. Ambas as análises estão sujeitas a substancial heterogeneidade dentro dos subgrupos populacionais. Ressalta-se que o impacto sobre as taxas de abandono é encontrado consideravelmente entre estudantes de menor condição socioeconômica.

Além da questão do desempenho acadêmico, a permanência e conclusão do ensino superior também foram alvo na pesquisa de **Scott-Clayton** (2012) [13]. A autora utilizou como parâmetro o programa federal Work-Study, analisando suas consequências sobre as variáveis. Baseando-se na revisão de dados secundários, desenvolveu uma estratégia empírica de modo a estimar o efeito causal, via modelo de regressão, incluindo controles para características dos estudantes e das instituições. Os resultados não indicam efeitos estatisticamente significativos de participação efetiva do programa FWS nos resultados acadêmicos. Várias estimativas pontuais sugerem consequências potencialmente adversas do programa. Este estudo não pode responder a questões mais amplas (por exemplo, se aprimora

as redes de trabalho, ou melhora a gestão de tempo dos beneficiários), no entanto, fornece a primeira evidência direta de que, pelo menos no estado de West Virginia, a participação no Work-Study geralmente não parece melhorar os resultados acadêmicos, e, de fato, pode causar alguns danos aos estudantes.

Vierstraete e Yergeau (2012) [8] avaliaram, por meio de questionários e revisão de dados secundários, em que medida formas específicas de apoio aos estudantes (bolsas institucionais) podem promover um melhor desempenho acadêmico do que outras origens de recursos (emprego fora do campus). Os autores utilizaram o método de Análise Envoltória de Dados para analisar a eficiência dos estudantes em alcançar certo nível educacional, em termo de notas obtidas e de conclusão dos cursos, tido como ideal. Notou-se, em geral, que os estudantes foram um pouco ineficazes na consecução dos objetivos pretendidos, tendo em vista os recursos disponíveis. No entanto, houve diferenças no nível de eficiência de acordo com a forma como os estudantes se mantêm no ensino superior. As conclusões mostram que, entre todos os subgrupos, os estudantes mais ineficientes são aqueles que são auxiliados pela instituição com base em suas situações socioeconômicas. Tal resultado, sem dúvida, possui repercussões sobre o prosseguimento dos estudos e a permanência dos jovens no ensino superior. O fraco desempenho dos discentes que recebem algum auxílio do governo, ou mesmo dos que trabalharam durante o ano, pode ser explicado por um ambiente familiar com pais menos escolarizados, impactando em menos apoio para a continuação do ensino superior.

Boatman e Long (2016) [1] desenvolveram uma pesquisa se valendo do método de Regressão Descontínua. Os autores investigaram o impacto do auxílio financeiro do programa Gates Millennium Scholars (GMS) - programa que concede bolsas renováveis para estudantes de baixa renda - empregando uma série de resultados (outcomes) dos estudantes, além de desempenho acadêmico. Conhecido o processo de seleção, foi usada uma aplicação similar com os estudantes não selecionados para a bolsa GMS - como um grupo de comparação. Os resultados sugerem que os beneficiários da bolsa GMS são mais propensos a se envolver com os colegas em trabalhos acadêmicos fora da sala de aula. Adicionalmente, são muito mais propensos a participar de atividades voluntárias relacionadas à comunidade, e, por fim, marginalmente mais propensos a participar de outras atividades extracurriculares do que seus pares que não recebem a bolsa GMS.

Araujo (2011) e Diaz-Strong, et al. (2011) foram os únicos autores (2/13) que adotaram a abordagem qualitativa em suas pesquisas. Araujo (2011) [10] descreve especificamente como o *College Assistance Migrant Program (CAMP)* ajudou participantes - trabalhadores rurais migrantes latinos - durante o seu primeiro ano no ensino superior, fornecendo-lhes o recurso necessário para completar o primeiro ano com sucesso. Usando o conceito de riqueza cultural da comunidade latina, examinou-se a forma como o CAMP foi influente, provendo-lhes auxílios financeiros, informações ("cultura da universidade", processos de seleção, apoios financeiros, etc.), assistência emocional e apoio pedagógico.

De outro modo, **Diaz-Strong, et al. (2011) [11]** examinaram, por meio da análise de conteúdo, os efeitos da negação de auxílio financeiro federal aos estudantes em situação irregular nos Estados Unidos. As instituições comunitárias, segundo os resultados da pesquisa, foram a via financeiramente possível, para estudantes latinos em situação de visto irregular nos Estados Unidos, ingressarem na educação superior. Embora nenhuma política federal proíba diretamente estudantes que imigraram ilegalmente se matricularem em instituições de nível superior. No entanto, tal política não é necessária. A possibilidade de participar do processo de seleção não constitui acesso e permanência. As políticas de auxílio

financeiro federal e estadual para cursar o ensino superior, bem como as políticas de imigração em vigor, negam o acesso a maior parte dos imigrantes irregulares. Não surpreendentemente, com o alargamento do ingresso como parte de sua missão, as instituições comunitárias são a opção mais realista para muitos estudantes.

Broton et al. (2016) [2] desenvolveram um trabalho com o objetivo de determinar se o auxílio financeiro pode alterar comportamentos relacionados ao trabalho entre os estudantes universitários oriundos de família em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os autores utilizaram da estatística inferencial para analisar os dados coletados via pesquisa (questionário). Os resultados demonstraram que o auxílio financeiro de caráter assistencial efetivamente reduziu a quantidade de horas trabalhadas e a melhoria da qualidade do emprego estudante. Resumidamente, os estudantes que receberam o benefício eram menos propensos a trabalhar e também eram menos tendentes a trabalhar mais de 20 horas semanal.

O trabalho de **Darolia (2013) [6]** foi o único (1/13) desta Revisão Sistemática (RS) a examinar a instituição como unidade de avaliação. Valendo-se de testes estatísticos e modelos de regressão, os resultados indicaram que as instituições que perderam a elegibilidade nos desembolsos financeiros de caráter socioeconômico veem o número de matrículas diminuir, particularmente em instituições com fins lucrativos.

Vergolini e Zanini (2015) [3] investigaram o impacto de um programa educacional introduzido recentemente na província de Trento (Nordeste da Itália), destinado a promover o acesso ao ensino superior de estudantes oriundos de famílias de baixa renda. Os resultados da estimação da regressão descontínua indicou que o programa não tem efeito significativo sobre as taxas de matrícula, mas exerce um efeito positivo sobre o redirecionamento de matrículas para fora do local de residência de estudantes já vinculados a instituição. Em outras palavras, salienta-se que o objetivo que sustenta a política não foi alcançado. Contudo, percebe-se que os incentivos monetários favoreceram a decisão dos estudantes em se inscrever em instituições fora de Trento. Esses resultados sugerem que o programa oferece aos estudantes oriundos de famílias de baixa renda as mesmas oportunidades de mover-se para longe de casa, resolvendo problemas potenciais de incompatibilidade entre preferências de instituições e restrições econômicas.

Loyalka et al. (2012) [9] examinaram se o auxílio financeiro do governo está chegando ao público alvo dentro das instituições. A principal conclusão que os autores relataram é que, embora a distribuição pareça equitativa, ela ignora o fato de que estudantes das universidades mais seletivas, que são de famílias com origens mais favorecidas e que têm maiores retornos esperados após concluírem o ensino superior, estão recebendo mais subsídios implícitos. Outro ângulo levantado é que os auxílios financiados por organizações sociais são alocados mais frequentemente para estudantes de instituições seletivas ao invés de estudantes de comunidades desfavorecidas; isto apesar do fato de muitas organizações sociais procurarem frequentemente estudantes baixa renda como alvo. O auxílio financiado pela instituição, no seu conjunto, não está sendo dirigida aos estudantes de camadas de baixa renda dentro das instituições, embora os políticos responsáveis orientem que a ajuda da instituição deve ser direcionada a esses estudantes. A ajuda financeira é distribuída aos indivíduos não só em consequência da condição socioeconômica, mas também leva em consideração outros fatores, tais como nota no exame de vestibular, sexo e filiação partidária.

Wells e Lynch (2014) [4] examinaram se existem disparidades no trabalho de voluntariado por nível de renda e por tipo de instituição. Mais especificamente, o artigo

estuda até que ponto a renda está associada com a oportunidade de acesso ao trabalho voluntário. Lembra-se que, no âmbito da política proposta, tal serviço oportunizaria as pessoas uma maior chance de receber auxílio financeiro para cursar o ensino superior. Além disso, o artigo analisa em que medida as instituições de ensino desempenham um papel neste processo. Os resultados mostram que o trabalho voluntariado é mais desempenhado por estudantes com renda mais alta, oriundos de escolas particulares e de instituições de ensino superior com duração de 4 anos. Isso tem implicações diretas no destino da política de auxílio financeiro proposta, e intervenções para incentivar o voluntariado poderiam ser planejadas para corrigir os rumos do programa.

Liu et al. (2011) [12] analisaram em que medida uma forma alternativa de proporcionar o compromisso de auxílio financeiro mais cedo influencia o esforço dos estudantes de ensino médio, em seu terceiro e último ano, na preparação para o vestibular. Em vez de canalizar os recursos de ajuda financeira para estudantes por meio das instituições de ensino e de fornecer auxílio depois que eles se matriculam no ensino superior, os autores concentraram seus interesses em compreender se disponibilizar informações sobre auxílio financeiro durante o processo de preparação para o vestibular afetaria as decisões, o esforço e os resultados dos estudantes, em particular, oriundos de áreas rurais pobres. Os resultados do experimento demonstraram que, se os primeiros compromissos são feitos cedo o suficiente; e eles são grandes o bastante, os estudantes irão tomar decisões com menos distorções sobre qual instituição ingressar.

Loyalka et al. (2013) [7] examinou os efeitos de fornecer informações aos estudantes do ensino médio em regiões pobres do noroeste da China sobre os gastos de cursar o ensino superior e sobre os auxílios financeiros. Os autores realizaram um estudo controlado randomizado por cluster, conduzido em municípios pobres na província de Shaanxi. Durante a intervenção, concebida e implementada pelos autores, recenseadores treinados atuaram com estudantes do último ano do ensino médio em 41 escolas, prestando informação completas sobre os custos do ensino superior e sobre auxílio financeiro. Após a realização de um estudo de base e da intervenção em abril de 2008, os estudantes foram acompanhados oito meses mais tarde e as perguntas concentraram-se em três aspectos principais: a instituição que escolheram ingressar; se frequentaram a instituição, e se receberam ajuda financeira. Os resultados indicam que a informação sobre o custo do ensino superior e sobre ajuda financeira aumentou a probabilidade dos estudantes frequentarem instituições de educação superior e de receberem certos tipos de ajuda financeira.

6. CONCLUSÕES

Foram identificadas as seguintes ferramentas e métodos nas publicações que compuseram a síntese deste trabalho: revisão de dados secundários, pesquisa, oficinas e/ou debates, observação direta, pesquisa participativa, entrevistas individuais e grupo focal. A revisão das publicações evidenciou, em suma, que o tipo de estudo utilizado na maioria absoluta dos artigos elegíveis é empírico, demonstrando estaticamente a relação entre variáveis de interesse via modelos de regressão.

Após a realização da Revisão Sistemática (RS) sobre avaliação de políticas de assistência estudantil na educação superior, pode-se constatar que o tema, nas últimas duas décadas, apresenta uma tendência de crescimento em termos de volume de publicações. Tal fato se dá em virtude da importância que esse campo de conhecimento tem recebido nas

organizações e instituições de ensino no mundo. Entretanto, nesta RS não foram localizadas publicações em revistas nacionais. Embora se reconheça a importância das produções nacionais na área, repetidas vezes não se encontram indexadas na base de dados Scopus. No Brasil, em específico, é uma área recentemente explorada, sobretudo após a implementação do PNAES em 2008, fortalecendo a ideia da necessidade de pesquisas nesta direção.

A incorporação de práticas de avaliação entra em cena quando a preocupação dos políticos e gestores recai sobre o retorno efetivo do montante investido na permanência para conclusão da graduação, visto que os recursos são finitos, em contraposição ao número maior de sujeitos ingressantes tidos como público-alvo da política de assistência estudantil. Além disso, faz-se necessário compreender a assistência estudantil como um investimento a médio e longo prazo em mão-de-obra qualificada e em justiça social ao viabilizar oportunidades iguais entre os estudantes durante a inserção no mercado de trabalho.

Como principal contribuição do presente artigo, destaca-se a apresentação de um estudo secundário, também conhecido como revisão sistemática, conduzido com o objetivo de identificar ferramentas e métodos, propostos pela literatura, de avaliação em políticas de assistência estudantil na educação superior. A investigação disponível nesta área é escassa, por isso é valorizado todo documento que faça um levantamento do estado da arte relacionado ao estabelecimento de avaliações desse tipo de política pública. Espera-se que o resultado desta pesquisa, cuja síntese foi apresentada neste artigo, permita algum direcionamento nos estudos relacionados à avaliação em política de assistência estudantil e desenvolva os processos das instituições nessa área.

Por último, conclui-se que o conhecimento das recém-descobertas trazidas pelos estudos possibilitará a criação de um espaço de reflexão pautado em elementos concretos, já avaliados e estruturados. Assim, compreender o sistema de assistência estudantil no ensino superior como um todo permitirá que novos estudos emergjam como oportunidades inovadoras de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras. Brasília, DF, 2016.
- ARAUJO, B. The College Assistance Migrant Program: A Valuable Resource for Migrant Farmworker Students. *Journal of Hispanic Higher Education*, v. 10, n. 3, p. 252-265, 2011.
- ARENDT, J. N. The effect of public financial aid on dropout from and completion of university education: Evidence from a student grant reform. *Empirical Economics*, v. 44, n. 3, p. 1545-1562, 2013.
- BAMBERGER, M. Avaliação do impacto. In: Mackay K, organizador. Monitoramento e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington DC: World Bank; 2004.
- BOATMAN, A.; LONG, B. T. Does Financial Aid Impact College Student Engagement? Evidence from the Gates Millennium Scholars Program. *Research in Higher Education*, v. 57, n. 6, p. 653-681, 2016. ISSN 03610365.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Seção 1, p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 26 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 dez. 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2007b. Seção 1, p. 39. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Superior. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Brasília, DF: SESU, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 10 set. 2016

BROTON, K. M.; GOLDRICK-RAB, S.; BENSON, J. Working for College: The Causal Impacts of Financial Grants on Undergraduate Employment. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, v. 38, n. 3, p. 477-494, 2016.

DAROLIA, R. Integrity versus access? The effect of federal financial aid availability on postsecondary enrollment. *Journal of Public Economics*, v. 106, p. 101-114, 2013.

DIAZ-STRONG, D. et al. Purged: Undocumented Students, Financial Aid policies, and Access to Higher Education. *Journal of Hispanic Higher Education*, v. 10, n. 2, p. 107-119, 2011.

GARCIA, R. C. Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental. Texto para Discussão nº 776, Brasília, janeiro de 2001.

KITCHENHAM, B. (2004). Procedures for performing systematic reviews. Technical report, Keele University and NICTA.

LIU, C. et al. Early commitment on financial aid and college decision making of poor students: Evidence from a randomized evaluation in rural China. *Economics of Education Review*, v. 30, n. 4, p. 627-640, 2011.

LOYALKA, P.; SONG, Y.; WEI, J. The distribution of financial aid in China: Is aid reaching poor students? *China Economic Review*, v. 23, n. 4, p. 898-917, 2012.

LOYALKA, P. et al. Information, college decisions and financial aid: Evidence from a cluster-randomized controlled trial in China. *Economics of Education Review*, v. 36, p. 26-40, 2013.

MOURÃO, Luciana. Discussão Metodológica sobre Avaliação de Programas Sociais. Disponível em:

<http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_298.pdf> Acesso em: 22 ago. 2016.

OLIVEIRA, B. R. Street Level Bureaucracy e implementação de políticas públicas: uma revisão da literatura aplicada ao Programa Bolsa-Família em Belo Horizonte (MG). In: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 6, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: Convibra, 2009.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, Nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010>. Acesso em: 19 Set. 2016.

ROCHE, C. Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: Aprendendo a valorizar as mudanças. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/178>>. Acesso em: 20 set. 2016.

SCOTT-CLAYTON, J. The causal effect of federal work-study participation: Quasi-experimental evidence from west Virginia. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, v. 33, n. 4, p. 506-527, 2011.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 16, n. 1, p. 149-163, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 Set. 2016.

VERGOLINI, L.; ZANINIA, N. Away, but not too far from home. The effects of financial aid on university enrolment decisions. *Economics of Education Review*, v. 49, p. 91-109, 2015.

VIERSTRAETE, V.; YERGEAU, E. Performance of the different methods of study financing: A measurement through the data envelopment analysis method. *Managerial and Decision Economics*, v. 33, n. 1, p. 1-9, 2012.

WELLS, R. S.; LYNCH, C. M. Volunteering for College? Potential Implications of Financial Aid Tax Credits Rewarding Community Service. *Educational Policy*, v. 28, n. 6, p. 812-844, 2014.